



ATA DA DUCENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 26.01.2015

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, às dezoito horas e trinta e seis minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores do Município de Joinville, Rua Hermann August Lepper, 1100, Saguacú, realizou-se a ducentésima quadragésima oitava Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheiro Valmor João Machado, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida, passou a leitura da Pauta do dia: 1-EXPEDIENTES: 1.1 Apresentação e aprovação da pauta do dia – 5'; 1.2 Aprovação da ata do dia 10.11.2014 – 5'; 1.3 Comunicados e Informes da Secretaria Executiva – 15'. 2-ORDEM DO DIA: 2.1 – Apresentação e aprovação de pareceres e dos relatórios de atividades do ano de 2014 das Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Saúde – 30'; 2.2 – Criação da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Joinville – 15'; 2.3 - Prestação de contas dos meses de outubro e novembro de 2014 e fechamento dos seis primeiros meses dos Convênios nº 006 e 007/14, firmado entre Secretaria Municipal de Saúde e Instituto Vida de Assistência à Saúde para prestação de serviços em ortopedia e clínica médica – Secretaria Municipal de Saúde – 60'; 2.4 – Apresentação do Programa Famílias Acolhedoras – Secretaria de Assistência Social – 15'. **A Pauta foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. A ata foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes.** O Presidente citou Memorando Interno nº 008/2015/SMS (Secretaria Municipal de Saúde) o qual informava que por falta de liberação de orçamento, não seria possível atender à solicitação de fornecimento de coffee break. O Presidente sugeriu que fosse encaminhado um ofício à SMS manifestando repúdio pela falta do coffee break. **A sugestão foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes.** Na oportunidade, o Presidente parabenizou o Hospital Infantil Dr Jeser Amarante Faria pelos dois prêmios nacionais recentemente recebidos pela Instituição. INFORMES GERAIS 1) Ofício nº 240/2014 – GUAF (Gerência da Unidade Administrativa e Financeira), datado de 03.12.2015, informando que o Ministério da Saúde indeferiu o pleito de prorrogação do prazo do convênio para construção do Centro de Controle de Zoonoses, e que o valor referente ao convênio foi devolvido ao Fundo Nacional de Saúde; 2) Ofício nº 005/2015 – GUPCAA (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria), datado de 07.01.2015, encaminhando cópia do 5º Termo Aditivo ao convênio firmado com o Hospital Bethesda, em conformidade com a Resolução nº 021/2013/CMS; 3) Ofício nº 1243/2014 – HMSJ (Hospital Municipal São José), datado de 09.12.2014, encaminhando fechamento contábil de novembro 2014; 4) Ofício nº 0032/2015 – HMSJ (Hospital Municipal São José), datado de 19.01.2015, encaminhando fechamento contábil de dezembro 2014 e do exercício de 2014; 5) A Secretaria-executiva informa que a Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador (CIST) elegeu novo coordenador, a conselheira Liliana Piscki, representante do Sindicato dos Mecânicos, segmento usuários; 6) Informamos que a Presidente Dilma Rousseff assinou Decreto Presidencial convocando a 15ª Conferência Nacional de Saúde, a se realizar no período de 23 a 26 de novembro de 2015, em Brasília- DF, com o tema: “Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas” e o eixo: “Direito do Povo Brasileiro”. As etapas municipais deverão ser realizadas no período de 9 de abril a 15 de julho de 2015, e as etapas estaduais no período de 16 de julho a 30 de setembro de 2015; **ENCAMINHAMENTOS** 1) Memorando Interno nº 088/2014- GUAF (Gerência da Unidade Administrativa e Financeira), datado de 06.01.2015, encaminhando relatórios contábeis referentes ao mês de novembro de 2014. **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos (CAI) foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 2.1 Conselheira



50 Cleia Aparecida Clemente Giosole membro da Comissão de Assuntos Externos (CAE) passou a apresentar os relatórios da comissão, conforme segue: “**Relatório de Visita nº 005/14/CAE Joinville, 15 de outubro de 2014. UNIDADES VISITADAS** Comunidades Terapêuticas “Essência de Vida” e “Opção de Vida” I – **APRESENTAÇÃO** É denominado “Comunidade Terapêutica” a instituição que acolhe pessoas com dependência química, onde o dependente fica recluso por um período, para tratamento. Essência de Vida: fundada em 4 de setembro de 1994, instalada em uma área de 42.000 m, no município de Araquari. Desenvolve um programa de tratamento, prevenção de recaída e reinserção sócio-familiar. Opção de Vida: Atua nas áreas de dependência química (comunidade terapêutica e Centro Socioterapêutico); e no atendimento ao adolescente em medida socioeducativa e internação provisória (Centro de Atendimento Sócioeducativo Provisório-CASEP e Casa de Semiliberdade), com Unidades em Joinville, Blumenau e Rio do Sul. II – **INTRODUÇÃO** Diante da dificuldade em se encaminhar pacientes usuários de drogas para internação em comunidades terapêuticas, chegou à Comissão de Assuntos Externos (CAE) o questionamento referente ao funcionamento e fluxo destes serviços. Assim, a Comissão visitou duas comunidades terapêuticas: Essência de Vida no dia 15.10.2014, e Opção de Vida no dia 29.10.2014. No dia 04.12.2014, a comissão recebeu o representante da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Sr Nasser Haidar Barbosa a fim de prestar esclarecimentos referentes aos serviços oferecidos pelo município neste campo. III – **DESENVOLVIMENTO** Através do ofício nº 058/2014- GUSR (Gerência das Unidades dos Serviços de Referência), datado de 30.09.2014, e através da visita do Sr Nasser, a CAE obteve as seguintes informações: 1- os serviços disponíveis aos municípios com dependência química são os seguintes: **CAPS-AD**, que até o final do próximo ano, deve oferecer o serviço 24h; **Unidade de Acolhimento (UA)**, que acolhe pacientes do CAPS-AD em situação de extrema vulnerabilidade, como por exemplo, moradores de rua. Tem capacidade para atender até 12 pessoas; **Consultório de Rua e Centro POP (Secretaria Municipal de Assistência Social)**, que realizam trabalhos em parceria; 2- houve convênio com as comunidades terapêuticas “Essência de Vida” e “Opção de Vida”, no ano de 2010, através da Secretaria Nacional sobre Drogas (SENAD), que é um recurso federal. Na época, o valor do convênio era de R\$ 300.000 (trezentos mil Reais), em parcela única, para um período de 12 meses; 3- o SENAD não é vinculado ao Ministério da Saúde, mas sim ao Ministério da Justiça; 4- após o término do convênio, ele foi refeito de forma a não passar mais pelo município; 5- diante da reformulação o município não tem mais o poder de fiscalizar as Comunidades Terapêuticas, elas apenas encaminham ao município um relatório com as informações; 6- quando surge necessidade de internação de um paciente, não existe prioridade para a SMS. Quando não se consegue a vaga via SENAD, o município paga pela vaga. As internações na maioria dos casos são demandas judiciais; 7- a maior dificuldade do município é de conseguir internação hospitalar para desintoxicação. Esse caminho em muitos casos seria o mais indicado, pois o período de internação é curto, após o que o paciente pode continuar seu tratamento no CAPS-AD. Para os pacientes que necessitam internação, a referência é o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt; 8- estão sendo feitas auditorias em algumas comunidades terapêuticas, com o objetivo de se fazer convênio com o município, para assim se disponibilizar algumas vagas; **ESSÊNCIA DE VIDA** Estrutura: possui boa estrutura, o local é bem organizado e com boa higiene. Tem espaços amplos, espaço de convivência de grupo, sala de TV, academia, capela, refeitório entre outros. Leitos: possui 30 leitos, sendo que no momento da visita, havia 29 pacientes internados. Público alvo: homens, entre 18 e 59 anos. Justificativa para atender essa faixa etária específica é de que caso contrário, teriam de seguir outras especificações em acordo com

o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Estatuto do Idoso. Equipe técnica: um coordenador técnico, uma cozinheira, uma assistente social, dois assistentes administrativos, um coordenador interno, cinco psicólogos, três monitores e dois estagiários de monitores. Financiamento: verba estadual (REVIVER) e federal (SENAD), além de vagas particulares, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos Reais). Além disso, a comunidade possui convênio com o município de Araquari. Periodicamente são realizados eventos para arrecadação de recursos e doações para o auxílio e manutenção da Comunidade Terapêutica. Prestação de contas: é realizada ao município de Araquari. Tratamento: plano terapêutico individualizado, associado às características básicas da Instituição. O tratamento dura 12 meses, sendo que nos primeiros seis meses o paciente não pode deixar a Instituição. A partir do quarto mês podem visitar a família nos fins de semana, e retornam ao lar no sexto mês, porém com acompanhamento por mais seis meses pela equipe técnica. A Instituição exige dos internos abstinência total. **OPÇÃO DE VIDA** Estrutura: Ampla, organizada e com acessibilidade. Possui área de lazer, com campo de futebol e de vôlei, quiosques, sala de TV, mini-biblioteca, sala para visitas familiares. Existe também área de criação de animais. O local é aberto, sem grades ou muros. Leitos: são 50 leitos, sendo que no momento da visita havia 30 pacientes internados. Público alvo: sexo masculino, a partir dos 13 anos. Atende também paciente idoso, estes precisam primeiro passar por uma avaliação clínica. Equipe técnica: coordenador técnico, terapeuta ocupacional, dois psicólogos, três agentes terapêuticos (com curso de especialização). Para cada 15 pacientes, existe um monitor. Financiamento: verba estadual (REVIVER) e federal (SENAD), além de vagas particulares, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos Reais), podendo ser feita uma avaliação sócio-econômica e ficar no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (hum mil Reais). A comunidade possui ainda convênio com a Secretaria de Justiça e Cidadania (SJC) para 12 vagas, com o município de Navegantes para 6 vagas, e com o município de Concórdia para 10 vagas. Prestação de contas: dos recursos SENAD e REVIVER, é feita através do Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal (SICAF); do recurso da SJC é através do Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF). Tratamento: a internação dura 9 meses, e se o paciente não tiver condições de sair ao final deste período, é feito reforço por mais três meses. É exigido abstinência, sendo permitido porém, o uso do cigarro. (O Programa Terapêutico completo está anexo a este Relatório). **IV – RECOMENDAÇÃO** A Comissão de Assuntos Externos recomenda: **ÁS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS “ESSÊNCIA DE VIDA” E “OPÇÃO DE VIDA”** - que mantenham a equipe técnica presente no local por período integral, pois no momento das visitas não estavam presentes. **AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE:** – que solicite à SMS documentação relacionada aos pacientes judiciais, além de esclarecimento referente à forma de pagamento às comunidades terapêuticas, quando do uso de vaga que não seja demanda judicial; - que encaminhe cópia deste relatório aos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Saúde; Comunidade Terapêutica Essência de Vida; Comunidade Terapêutica Opção de Vida; Conselho Municipal dos Direitos do Idoso; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e Conselho de Assistência Social. **COMISSÃO DE ASSUNTOS EXTERNOS – CAE” Manifestações:** conselheiro Jeovane Nascimento do Rosário sugeriu que o Relatório também fosse encaminhado ao Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e à Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública. Conselheiro Orlando Jacob Schneider demonstrou preocupação com a fiscalização. Conselheiro Lourenço Foss Joenk questionou sobre as vagas direcionadas ao município de Joinville. Cleia disse que como o convênio SENAD é federal, as vagas relativas a este convênio são também federais podendo ser ocupadas por usuários provenientes de

qualquer município do País. Acrescentou que alguns municípios também fazem convênio, a exemplo de Araquari que tem convênio com a comunidade terapêutica Essência de Vida, mas Joinville não possui convênio com nenhuma delas, por isso, quando necessário, a vaga é comprada. Conselheiro Antônio César Franco Garcia expressou que a base do problema é que a sociedade encara o dependente muito mais como um caso judicial do que como um problema da saúde e assim o paciente não é tratado como deveria. Considerou que o assunto merece ampla discussão, assim como a questão da fiscalização. O Presidente também sugeriu o encaminhamento ao Ministério Público. Conselheiro Jeovane lembrou que as comunidades não tem convênio com o SUS, portanto é preciso discutir até onde o Conselho poderia cobrar a fiscalização destas instituições. Acrescentou que ao fazer as cobranças, também pode-se abrir oportunidades para maiores cobranças por parte da própria instituição. **O Relatório foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes, acrescentando-se os encaminhamentos sugeridos. “Relatório de Visita nº 006/14/CAE Joinville, 12 de novembro de 2014. UNIDADE VISITADA Refeitório do Hospital Municipal São José I – INTRODUÇÃO** O Conselho Municipal de Saúde recebeu reclamação de que o refeitório do Hospital Municipal São José (HMSJ) fica acima do necrotério, o que causaria odor alheio ao da refeição, gerando desconforto aos funcionários e acompanhantes de pacientes que fazem as refeições no local. Assim, no dia 12 de novembro de 2014, membros da Comissão foram ao local fazer a verificação. **II – DESENVOLVIMENTO** A comissão chegou ao local às 11h30, horário em que estava sendo servido o almoço. Foi recebida pelas senhoras Vanessa, nutricionista do HMSJ, e Maroni Ariadini, nutricionista da empresa Maná, que informaram que as refeições não eram preparadas no local, pois o serviço é contratado da empresa Maná do Brasil. Ao tomar conhecimento do motivo da visita, relataram desconhecer qualquer reclamação de mau cheiro o que foi confirmado pelos servidores abordados. Esta comissão também não identificou qualquer odor alheio ao das refeições. É o que compete relatar.” Senhor Carlos Alexandre, representante do HMSJ, informou que a nutricionista Maroni é supervisora do Hospital, e não da empresa Maná como consta no Relatório. **O Relatório foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. “Relatório de Visita nº 007/14/CAE Joinville, 09 de dezembro de 2014. UNIDADE VISITADA Unidade de Saúde Parque Douat I – INTRODUÇÃO** Diante de algumas notícias veiculadas na mídia escrita, de que a recém-inaugurada Unidade de Saúde Parque Douat apresentava problemas de estrutura e funcionamento, inclusive com constantes quedas de energia, a Comissão de Assuntos Externos (CAE) realizou visita ao local no dia 09 de dezembro de 2014. **II – DESENVOLVIMENTO** A comissão observou os seguintes pontos: 1- a situação da energia elétrica havia normalizado; 2- a unidade está climatizada; 3- possui alvará sanitário; 4- extintores regulares; 5- na recepção, havia senhas separadas para três serviços: recepção, farmácia e vacina; 6- a unidade estava absorvendo também a demanda da Regional Costa e Silva, que está em obras de reforma, situação que deve permanecer até maio de 2015, para quando está previsto o término da reforma da Regional; 7- a partir de junho de 2015, a unidade passará a contar com três equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF); 8- a unidade conta com 22 Agentes Comunitários de Saúde (ACS), sendo que a capacidade total da unidade é de 30;” **Manifestações:** senhor Paulo Manoel de Souza, Diretor Executivo da SMS, prestou alguns esclarecimentos referentes ao problema elétrico da unidade. Conselheiro Lourenço informou que a unidade apresenta ainda alguns problemas, como goteiras onde ficam os fichários, fechaduras se quebrando, entre outros. Disse que a comunidade está tentando resolver esses problemas através do conselho local de saúde. **O Relatório foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** O Presidente parabenizou a Comissão pelo

excelente trabalho. **2.2** Para compor a Comissão Organizadora da 11ª Conferência Municipal de Saúde de Joinville, apresentaram-se os conselheiros: Segmento Governo- Douglas Calheiros Machado; Segmento Prestadores de Serviço- Rosinete Medeiros; Segmento Profissionais de Saúde- Antônio César Franco Garcia; Segmento Usuários- Zenir Videte Werlich, Luis Manoel Ferreira Vasconcelos e Orlando Jacob Schneider. **Os indicados foram aprovados pela maioria dos conselheiros presentes.** **2.3** Senhor André Luiz Biancarelli, gerente da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria (GUPCAA) apresentou a prestação de contas do Instituto Vida conforme anexo I desta ata. **Manifestações:** conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole questionou sobre a contratação de profissionais por concurso público. Senhor Paulo disse que estão sendo chamados médicos aprovados no último concurso, mas ainda não são suficientes para suprir a demanda sendo ainda necessária a contratação do Instituto. Conselheiro Orlando Jacob Schneider perguntou quantos profissionais foram contratados pela entidade e cobrou o fato da demora no atendimento aos pacientes enquanto os profissionais ficam no conforto médico. Senhor Paulo esclareceu que não são contratados profissionais e sim horas médicas. Senhor Álvaro Cesar Ricardo, coordenador dos Pronto atendimentos (PAs) disse que são entre vinte e cinco (25) e trinta (30) médicos. O Presidente frisou que a prestação de contas detalhada será analisada pela Comissão de Assuntos Internos (CAI) e que está à disposição para os conselheiros na Secretaria Executiva. Conselheiro Dr Garcia expressou que a prestação de contas diz pouco aos conselheiros, pois são apenas números, mas que o mais importante seria questionar como está o planejamento para se lidar com a crescente demanda daqui pra frente. Senhor Paulo mencionou que o investimento na Atenção Básica deve impactar positivamente nesta questão. Não só a prevenção, como também a capacitação dos profissionais para a qualificação dos encaminhamentos para especialistas. Considerou que o grande número de subespecialidades (pé, tornozelo, quadril e assim por diante) é um fator que dificulta. Citou que a SMS tem trabalhado em conjunto com o Hospital Municipal São José (HMSJ) com respeito às consultas de retorno. Concluiu que pequenas medidas estão sendo tomadas esperando-se que possam fazer a diferença em longo prazo. Senhor Carlos Alexandre, diretor do HMSJ pontuou que a especialidade da ortopedia é diferente da cirurgia geral, onde após a cirurgia o paciente terá no máximo mais duas consultas com o médico e então ganha a alta. Falou que após a cirurgia ortopédica, o paciente terá no mínimo mais cinco consultas com o especialista. Citou que por haver o ambulatório junto ao Hospital, há casos em que o médico aconselha o paciente a se internar, para poder conseguir os exames de que necessita, assim, defendeu que o município tenha outro local para atendimentos em ortopedia, ficando para o HMSJ somente casos de emergência. Conselheiro Lourenço expressou opinião de que números são importantes até para poder haver um planejamento das ações a frente. Também sugeriu que o paciente seja informado sobre a previsão de tempo de espera de acordo com a classificação recebida pelo Protocolo de Manchester, pois muitos dos que reclamam da demora são da classificação azul ou verde, ou seja, pouco urgentes. Conselheiro Getúlio Augusto César Moroso Rodrigues, enfermeiro representante do COREN (Conselho Regional de Enfermagem) pontuou que existem leitos ociosos em Hospitais de outros municípios da região, mas existe a dificuldade de os familiares concordarem com a transferência. Citou casos ocorridos em que o médico perdeu bastante tempo para providenciar a transferência do paciente, mas a família não autorizou o procedimento, fazendo assim que o tempo despendido pelo médico fosse em vão. Senhor Paulo aproveitou a oportunidade para anunciar aos conselheiros que o PA Norte será reformado em caráter emergencial. O Presidente sugeriu o encaminhamento à CAI.



O encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. 2.4

250 Senhora Gisele, pedagoga da Secretaria da Assistência Social (SAS), cumprimentou a todos os presentes e apresentou o Programa Famílias Acolhedoras. Explicou que integrando a gerência de Alta Complexidade da SAS, esse programa tem por finalidade acolher temporariamente crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados em sua família de origem. Pontuou que as famílias que participam do serviço passam por um processo de seleção, preparação e acompanhamento. A ideia é acolher e prestar cuidados individualizados aos menores em ambiente familiar e possibilitar a convivência comunitária, e também é trabalhado o retorno à família de origem. Informou que atualmente onze (11) famílias participam do programa, atendendo quatorze (14) crianças e adolescentes. Falou que para cada criança acolhida, a família que acolhe recebe uma ajuda de custo e esclareceu que para participar do programa é necessário ter no mínimo vinte e um (21) anos, e uma diferença de idade de dezesseis (16) anos em relação ao acolhido, conforme orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente. É preciso residir no município por no mínimo dois anos e não apresentar interesse de adoção. Além disso, todos os membros da família têm de aceitar a situação. Em seguida apresentou um vídeo com relatos das experiências das famílias participantes do Programa. O Presidente parabenizou pela iniciativa e pelo bom trabalho. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, conselheiro Valmor João Machado, deu por encerrada a ducentésima quadragésima oitava Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e vinte e nove minutos, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os conselheiros: **Henrique L. Deckmann, Laura Cristina Aitelli de Souza, Mário José Bruckheimer, Douglas Calheiros Machado, Estela Mari Galvan Cuchi, Rosinete Medeiros, Aline Teixeira Macedo, Getúlio Augusto César Moroso Rodrigues, Jeovane Nascimento do Rosário, Antonio Cesar Franco Garcia, Marilda Moraes da Costa, Silmara Richter, Luiz de Bittencourte, Ângela Maria dos Santos, Adilson José Alves, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Liliana Piscki Maes, Terezinha de Jesus dos Passos, Juarez Ladislau da Silva, Valmor João Machado, Zelma Reichert Maria, Marli Fleith Sacavem, Lourenço Foss Joenk, Marcílio Silveira, Zenir V. Werlich, Eliezer Alves da Costa, Tônio Tromm, Luis Manoel Ferreira Vasconcelos, Alaide Correia André, Gilmar Kowalski, Arlindo Pedro Lessenko, Orlando Jacob Schneider, Antonio Carlos Debortoli, Osmar Lopes**, dois representantes de Conselhos Locais de Saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da Unidade Básica de Saúde do Fátima, da ADIJO, do Hospital Municipal São José e do Laboratório Municipal.